

## O movimento estudantil brasileiro e a crise das utopias

Roberto Amaral

O que foi feito, amigo,  
de tudo que a gente sonhou  
(...)

(*O que foi feito deverá.* Milton Nascimento)

**N**ão conheço experiência de outro país, de organização democrático-capitalista-conservadora, como o Brasil da primeira metade dos anos 1960, em que o movimento estudantil haja exercido papel similar ao desempenhado entre nós pela UNE, como uma de suas principais organizações de massas. Esteve presente em todos os fatos políticos da época, e em quase todos teve papel, senão de protagonista, pelo menos de partícipe ouvido e respeitado.

As utopias estudantis, que corriam paralelamente às utopias do país que pensávamos estar construindo, reproduzindo-as, cessaram com o golpe militar de 1964. Findava, ali, mais uma tentativa de realizar a revolução brasileira. Refiro-me à “guerra de posição”, para usar expressão gramsciana, ou, no linguajar do Partido Comunista Brasileiro, o “Partidão”, a tática da infiltração, disputando a hegemonia dentro do projeto da burguesia nacional.

Silencia-se, com o colapso de um processo social, um tipo de movimento estudantil que, dele, era uma expressão. Não constituiu, portanto, mero acaso o incêndio da sede da UNE, na praia do Flamengo no Rio de Janeiro, em 1964, nas primeiras horas do golpe. Pelo contrário, trata-se, o incêndio, de ato significativo com o qual as forças conservadoras procuravam anunciar para todo o país a ruptura com o movimento estudantil engajado. Mais tarde, para que dúvidas não prospe-

rassem, o regime militar promove a demolição do imóvel! Também não é obra do acaso a perseguição nacional, via repressão escolar, IPMs, prisão, seqüestro, exílio dos estudantes brasileiros. São eles os primeiros adversários do golpe militar.

O fim da legalidade, a repressão substituindo a disputa democrática, impõe novas táticas. O movimento estudantil e outros setores da vida nacional aderem ou são levados a aderir a uma forma de guerra de movimento: a batalha que se travava antes no meio da sociedade civil, realizando-se na disputa por espaço e posições, se transmuda no enfrentamento direto com a repressão; a nova ordem é a conquista do Estado.

A história, aí, não é mais do movimento estudantil, que, todavia, ocupando réstias de legalidade, ou contradições do núcleo do poder, e mesmo enfrentando tantas vezes a repressão a mais brutal – não nos esqueçamos do congresso de Ibiúna –, mantém a resistência à ditadura, preserva a ação clandestina e logra mesmo a reorganização da UNE, extinta por ato do governo militar.

Sob o regime militar, o momento culminante da mobilização popular contra a ditadura foi oferecido pelo movimento estudantil, com a seqüência de ações de massas e de rua que culminaram, no Rio de Janeiro, com a passeata dos cem mil. Construíamos assim, ao nosso modo, nossa versão do maio de 1968, aquele movimento libertário-estudantil que correu o mundo e, na França, abalou o regime, mas que refluíu para margens plácidas, quando perdeu o apoio dos trabalhadores.

Quando a ditadura apresenta seus primeiros sinais de fadiga e são progressivamente alargados os limites da atuação legal, o movimento estudantil logo se reorganiza e readquire sua característica de ação de massas. Assim na campanha pelas Diretas-já. Novamente o estímulo da utopia. Sonhávamos com a derrubada da ditadura, sonhávamos com a redemocratização do país, e sonhávamos, acima de tudo, com a esperança de que a redemocratização fosse o instrumento de resolução de todos os problemas que não haviam encontrado solução no embate direto.

É difícil pensar numa campanha como a das Diretas-já dela abstraindo a participação dos jovens. Mas é preciso afirmar que essa campanha representava um determinado estágio do acúmulo de forças democráticas na luta contra a ditadura, e representava acima de tudo um sentimento nacional, com apoio diversificado na sociedade e no campo político, sem o que teria sido impossível a movimentação de massas alcançada. Os estudantes constituíram uma de suas vanguardas.

Mas, uma vez mais (e não pela última vez), e agindo como sempre, a história foi traída pela ação de nossas elites. O movimento das Diretas-já terminou por consolidar o colégio indireto (ainda que abalando de morte os alicerces da ditadura) e a eleição de Tancredo Neves terminou por assegurar a posse do último presidente do partido da ditadura. A ruptura se transformou num compromisso com as forças decaídas e se instala uma transição sem-fim, como lamentavelmente sugere a crise recente criada em torno da publicação de supostas fotos de

prisioneiro político, torturado e assassinado em dependências militares. Não são tempos que estimulem sonhos.

Ao refluxo da política nacional correspondeu o refluxo do movimento estudantil que só voltaria às ruas com os “caras-pintadas”, quando, expulsando do governo um presidente ousadamente corrupto, pensávamos, a sociedade, estar abrindo caminho para a consagração da democracia representativa como instrumento de mudança.

Os anos eufóricos são substituídos pelas décadas perdidas. O ensino público e gratuito é substituído pela escola privada e paga. O ensino universitário transforma-se, predominantemente, em empreendimento empresarial, de fundo comercial. Inverte-se a pirâmide; se, nos anos 1960, mais de três quartos das matrículas eram oferecidos pela universidade pública, hoje mais de 80% dos estudantes universitários freqüentam escolas particulares.

A primeira questão que se coloca para quem se dispõe a interpretar o movimento estudantil de nossos dias, e imaginá-lo numa perspectiva de futuro, é compará-lo com o movimento estudantil de décadas passadas, e, aí, será inevitável identificar a grande distância que o separa, em termos de mobilização de massas e essência política, do movimento estudantil dos anos 1960, por exemplo.

A comparação, porém, seria injusta, porque o movimento estudantil não tem história própria.

Qual o grande diferencial do movimento estudantil de nossos dias, para aquele dos anos passados? A sociedade brasileira. Suponho não estar longe da certeza ao identificar, como causa explicadora da presente calma, a perda, pela sociedade contemporânea, de seu Projeto nacional, ou, se quiserem, do sonho, da crença em determinadas utopias, que unificavam o que poderíamos chamar de sentimento nacional. Por que éramos sonhadores nos anos 1950, supostamente revolucionários nos anos 1960, e somos tão pragmáticos hoje? Mudaram os jovens ou mudou a sociedade brasileira?

Mudou o processo social, que não pode ser congelado. Perdidos os projetos – ou as utopias unificadoras, a emulação que transformava o território em uma nação –, perdemos igualmente aquela vontade, aquela força, aquele *animus* muito pouco racional que mobiliza as massas e unifica o povo em torno de objetivos que se tornam comuns.

Não é saudosismo, mas pura reflexão sobre a realidade, lembrar que os temas que antes haviam empolgado a Nação e mobilizado suas massas – à frente de todas as massas estudantis –, foram substituídos pelo chamamento à mesmice, à continuidade, à preservação quase fundamentalista do *statu quo*. O medo de mudar exila o sonho, enclausura a utopia e impede a gratuidade do movimento estudantil. Este precisa de asas largas para voar alto.

De fato, se já nos empolgaram revoluções de toda ordem, como a revolução de 1930 entre nós, e, exemplos espicaçantes, as revoluções soviética e, mais recente-

mente, a cubana; e, para ficarmos tão-só na segunda metade da história republicana, se já nos empolgaram a fé no desenvolvimento nacional – e aí destaco duas categorias, o nacionalismo e o desenvolvimentismo –; se já sonhamos com a independência política e a emancipação econômica, se já sonhamos com a democracia – e quanto mais a vimos combatida mais por ela lutamos –; se, finalmente, chegamos mesmo a sonhar com a utopia de uma sociedade livre, igualitária, sem classes; se sonhamos com a derrubada da ditadura – sonho dos anos 1960 que se fez realidade nos anos 1980 –; se sonhamos com a construção de uma nova sociedade, senão rica pelo menos não tão iníqua, com menos concentração de renda, com menos desigualdades, com menos fome, se nos foi possível acalentar tantos sonhos, quais são os temas da agenda política de nossos dias, perdidas as utopias?

Não se discute mais se nova sociedade é possível construir, e que nova sociedade seria esta; discute-se a atual sociedade, como dada, assim pronta e acabada, como fato consumado que não nos cabe mais rejeitar. Não se discute mais que sociedade, que desenvolvimento, que projeto nacional queremos, porque o projeto nacional se reduziu a discussões econômicas e aritméticas em torno de taxas de inflação, índices de superávit primário, flutuação de câmbio e outras preocupações quejandas, manipuladas pelos humores de um insaciável mercado e pelas avaliações de agências de risco. Esse é o novo mundo e esses são os novos senhores.

Como supor que em torno de tais temas seria possível, hoje, mobilizar a sociedade brasileira, e sua vanguarda estudantil, como mobilizada ela foi quando pensava que estava construindo os destinos de seu país, como mobilizada ela foi na campanha das Diretas-já, quando pensava que estava derogando a ditadura e redemocratizando o país, como mobilizada foi na campanha pelo desenvolvimento nacional, quando lutou em defesa da Petrobras sonhando com a independência do país?

Assim enuncio a tese desta intervenção: o movimento estudantil não terá perspectivas se o país não enfrentar o desafio da recuperação da utopia.

Quando digo utopia, não me refiro, necessariamente, à revolução, em qualquer de suas acepções. Falo simplesmente em sonho. Foi o sonho, o livre sonhar, a defesa de projetos utópicos, a perseguição utópica da transformação, da mudança, sem medo do novo, que deu força ao movimento estudantil.

Se o movimento estudantil não tem história própria, e não tem, repetimos é preciso identificar que sociedades eram aquelas que promoviam o sonho, e que sociedade é esta em que a utopia é desestimulada.

Acompanhando mais ou menos a vida da União Nacional dos Estudantes, é possível dizer que o primeiro grande marco da organização estudantil, como movimento de massas, se dá no final da ditadura do Estado Novo, na campanha pelo rompimento com os países do Eixo e ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial, e seqüência inevitável, no grande movimento de massas com vistas à redemocratização do país, movimento que reuniu a ascendente classe média e as

massas populares, liberais e socialistas, animados todos, seja pela vitória da democracia contra o totalitarismo nazi-fascista e a liderança dos Estados Unidos e seu *american way of life*, seja pelas vitórias do Exército Vermelho, o surgimento dos novos Estados socialistas e a consolidação da União Soviética, como modelo alternativo ao capitalismo dependente do Terceiro Mundo.

Vencidos o Estado Novo e o fascismo, oferecia-se ao país a oportunidade de construção de um novo Estado brasileiro, sobre bases democráticas e sociais. Mas seria possível à democracia representativa construir um projeto de desenvolvimento nacional, assim como fizera com êxito a ditadura recém-despejada? Eis a questão recorrente.

O movimento estudantil era ainda um movimento de classe-média, o acesso à universidade – quase só pública – restrito, e o diploma de grau superior garantia de ingresso na vida pública. Era pequena ainda a mobilidade social e já eram gritantes os desníveis regionais.

O Brasil, então com grandes reservas de divisas, começava a discutir se era mesmo um país de destinação agrícola, fornecedor de matérias-primas para os centros desenvolvidos e mero consumidor de produtos industrializados. Punha-se em questão a teoria oficial, capitaneada por Eugênio Gudín, o patrono de nossos economistas, segundo a qual nossa economia não apenas era reflexa, periférica ou semicolonial, como estava destinada, era um determinismo, a ser reflexa e periférica. Não só entre nós se abriam os espaços para o questionamento da subserviência a um destino traçado pelos dominadores, mas o que estava em discussão era a nova sociedade internacional, e as relações daí decorrentes; o mundo estava por refazer-se, e todos os paradigmas podiam ser superados. Vencida a direita totalitária, as esperanças vinham ora do modelo norte-americano de democracia, ora do modelo socialista de democracia popular, que sugeria a igualdade impossível na sociedade de classes.

Na segunda metade dos anos 1940, redemocratizado e reconstitucionalizado, o país ingressa na área do planejamento público de longo prazo, com o Plano Salte (saúde, alimentação, transporte e energia). São também os anos da consolidação do projeto siderúrgico nacional, iniciado no Estado Novo, e base da futura industrialização dos anos 1950.

Os anos 1950, quando parecia consolidar-se a democracia brasileira, já em sua segunda eleição presidencial, voto universal e direto, são também os anos da opção pelo nacional-desenvolvimentismo que marcará o segundo governo Vargas. Havíamos tido a arte de transformar um ditador em presidente constitucional e democrático. O Brasil opta pela industrialização, pela defesa de suas riquezas, discute os custos sociais dos padrões de consumo de suas elites, investe na organização trabalhista e sindical. São os anos da campanha pelo “petróleo é nosso”, a maior mobilização de massas de nossa história. Foi plena a entrega do movimento estudantil. Havia o sonho do desenvolvimento, havia o sonho da industrialização,

havia o sonho da emancipação econômica. E um país que não tinha petróleo, que não tinha recursos financeiros, que não tinha tecnologia, criou a Petrobras, criou tecnologia, encontrou petróleo e hoje, graças àquela irracionalidade, pode falar em autonomia de combustíveis fósseis.

Aos pragmáticos de hoje, aos realistas de hoje, é bom lembrar que, se os pragmáticos de ontem tivessem vencido, nós não teríamos criado a Petrobras, nem descoberto o petróleo escondido na plataforma submarina; não teríamos construído a CHESF nem muito menos eletrificado o Nordeste, nem teríamos construído Brasília.

Os anos 1950 são os anos da explosão nacionalista, e o governo Vargas promove a díade nacionalismo *versus* entreguismo, que percorrerá todo o final da década e terá nos estudantes – ao lado de setores populares e mesmo militares – seus grandes pregoeiros e na União Nacional dos Estudantes, já uma entidade de massas que caminha do centro para a esquerda, seu grande baluarte.

Os anos 1950 são, também, os anos do crescimento continuado. Desde 1940 o PIB cresce a taxas próximas a 7%. Em 1950 crescerá 6,8%. (Hoje, após as “duas décadas perdidas”, preço pago pela nossa sociedade à adoção das políticas neoliberais, discutem os economistas de plantão se cresceremos 3 ou 3,4%...).

Depois da siderurgia e da Petrobras, a opção desenvolvimentista/industrialista dos anos dourados, os anos JK, quando o sonho não conhecia limites, pois afa-gavam nossa capacidade imaginativa com a promessa de 50 anos em cinco. Era a fantasia da indústria automobilística. Sob a democracia e sem feri-la, e em apenas cinco anos, o mesmo país, pobre mas voluntarioso, constrói em pleno deserto do planalto central uma nova capital, a mais moderna do mundo, consolida a indústria automobilística e descobre que o subdesenvolvimento não é um determinismo. Explode a economia, explodem as artes, a música, o teatro, o cinema, expande-se o movimento universitário, a reforma agrária entra na pauta da política, e seu pleito é uma das bandeiras do movimento estudantil. O Brasil rompe definitivamente com a teoria da dependência inevitável e ousa ter uma política para o continente, simbolizada na Operação Pan-Americana. Surge o ISEB, encontro de pensadores, cientistas e militantes, e lá estavam os jovens da UNE, construindo uma doutrina do nacionalismo e a ideologia do desenvolvimento nacional.

A persistência do subdesenvolvimento, com o qual sempre estiveram comprometidas nossas elites, passou a ser encarada como uma aberração.

O mundo vive uma nova revolução. O campo socialista se consolida, começa a ser desmantelado o colonialismo, a América Latina é uma só efervescência, e seu maior símbolo é a revolução cubana, um movimento de jovens, de universitários e recém-bacharéis, realizando aqui, junto de nós, a utopia da revolução social. Sua força simbólica era extraordinária, pois dizia que a utopia, mesmo em condições absolutamente impossíveis, anti-científicas, era viável, se houvesse decisão política. Era o chamamento do voluntarismo, na entrega passional, tão ao gosto da juventude.

Sim, este é o fato novo. Passou-se a falar em revolução social; ela é o tema das oficinas, das fábricas, das ruas e acima de tudo das salas de aula. O camponês nordestino se rebela e surgem as ligas camponesas e os sindicatos rurais. Nas cidades, os sindicatos começam a se organizar em torno de centrais, e já se fala na Aliança Operário-Estudantil-Camponesa. A sociedade civil está mobilizada, surgem os mais diversos movimentos sociais e culturais, Guarnieri produz e os jovens encenam *Eles não usam black tie*, o CPC da UNE produz *Cinco vezes favela*, surge o Cinema Novo.

Em 1960 o PIB cresce a 9,4% (dados do IPEA).

O início dos anos 1960 registra, essa é minha leitura, a profunda politização do movimento estudantil brasileiro, com a consolidação da UNE e da UBES, seguidamente controladas por organizações então revolucionárias, notadamente o Partido Comunista e a Juventude Universitária Católica, sucedida pela Ação Popular, associadas aos socialistas independentes e pequenas organizações revolucionárias. Começa nos anos 1960 a transição do nacionalismo para a assunção das teses da esquerda e mesmo para a postulação revolucionária, e o movimento estudantil, especificamente a UNE, adquire, no país, o papel de partido político, administrada a entidade como frente política de esquerda, atuante no movimento de massas e nas articulações políticas no interior do Estado. Seu grande momento é vivido nos anos palpitantes do governo João Goulart.

Uma marca desse período é a politização do temário das reivindicações estudantis, combatido pela direita e pela grande imprensa a reclamar que lugar de estudante é na escola e seu ofício é estudar e não fazer política. Desprezando o cantochão conservador, a UNE só pensava em política e releva a plano secundário as questões específicas do ser estudante, do dia-a-dia da vida universitária. Mesmo quando os temas específicos eram inevitáveis, como no caso da campanha pela Reforma Universitária, o apelo era político: o que os estudantes queriam, com a greve do 1/3, era participar da administração da universidade, integrar as congregações. O pleito era, portanto, essencialmente político.

A tentativa de golpe-de-Estado do governo conservador do presidente Jânio Quadros, sucessor de JK, jogou o país em insólita crise militar-institucional, quando os mesmos interesses, civis e militares que haviam detonado a crise de 24 de agosto de 1954 se reencontram em nova tentativa de fratura da ordem constitucional. A renúncia, prontamente aceita pelo Congresso Nacional, abortando o golpe, valeu como senha para a reunião conservadora, trazendo à cena as forças político-militares anteriormente derrotadas, eleitoralmente no pleito presidencial vencido por JK, e derrotadas militarmente em 11 de novembro de 1955 com a frustração do golpe-de-Estado que objetivava impedir a posse do presidente eleito.

O Brasil viveu então, nos idos de agosto de 1961, por certo, o momento mais rico de sua vida civil-cívica, quando a sociedade, galvanizada pela palavra chave da Legalidade, enfrentou e derrotou a intentona militar que investira contra a Constituição

com o objetivo de impedir a posse do vice-presidente da República. O movimento civil-legalista foi amalgamado pela participação estudantil. Finda a crise da legalidade, vitoriosa a sociedade civil, empossado o vice-presidente da República – ainda que num arremedo de parlamentarismo engendrado pelas elites conservadoras como forma de pacto com as lideranças militares – inicia-se o último período democrático brasileiro antes da ditadura de 1964. É o momento da emergência do popular-nacional, a associação das teses nacionalistas que vinham do ISEB com a ascensão das massas populares. De agosto de 1961 a primeiro de abril de 1964, nosso país é revolvido em todas as suas entranhas. A discussão, o debate, o conflito tomam conta do país já dominado por assembléias e debates de toda ordem. Acentua-se o conflito capital nacional *versus* imperialismo, agrava-se a tensão no campo, mas avança a organização camponesa, pensa-se, como haviam feito os cubanos, na alfabetização universal, a diplomacia brasileira adota de forma objetiva a defesa da autodeterminação dos povos, e todos se sentem unificados em torno de um Projeto de Nação. Todos têm uma utopia a perseguir. Os parlamentares nacionalistas, as organizações comunistas, as organizações católicas, o movimento sindical, o movimento camponês, o movimento estudantil. E as elites, evidentemente, e os militares, evidentemente.

O país de hoje é outro. Não há mais estremações, mas não há mais grandes sonhos. O país serenado não intranqüiliza mais com ameaças de sobressaltos, a vida institucional parece consolidada, a ordem natural das coisas assumiu o controle da história; mas esse novo mundo também não estimula a audácia, teme as mudanças, defende a conservação do *statu quo*. Nesse sentido, teme o futuro. É um mundo conformista, conformado, no qual se fortalecem as situações dominantes, as elites dirigentes, e os discursos dominantes estabelecem sobre a sociedade seu poderoso manto controlador.

O conflito ideológico, o entrecchoque das idéias, é substituído pela unipolaridade ideológica; não há vida fora do mundo da globalização e da social-democracia.

Não creio, porém, que esse mundo congelado assim permaneça por muito tempo. Há, na sociedade, perceptível, um sentimento de inconformismo com o mundo que aí está, casando violência e ausência de perspectivas. Há uma irresignação e o sentimento de querer influir nos acontecimentos, de mudar. A perplexidade, o susto, o emparedamento, podem transformar-se em ação, pois, em toda a sua história, no Brasil e no mundo, o movimento estudantil sempre refletiu o espírito do seu tempo, mesmo quando a ele se antecipava.

Se já não é possível ao movimento estudantil de hoje agir e atuar como elemento da revolução, até porque ela foi derrogada, é preciso, pelo menos, que lhe seja restituído – isto é, seja recuperado pelo povo brasileiro e restituído assim aos jovens –, o exercício do sonho. Sonhar, se possível irresponsavelmente, isto é, sem limites racionais, sem fronteiras científicas, sem pensar no que é possível e no que não é conquistável. Querer tudo. Quando o sonho está condicionado à sua factibi-



lidade objetiva, ele está morto, não tem função, não tem sentido. Falece a ação. O pragmatismo, o realismo, a visão prática das coisas e dos projetos, o imediatismo, as avaliações de custo-benefício, em síntese, os valores que conformam nossa sociedade atual são inimigos do sonho. O utópico é o ideal, o ideal é aquilo que perseguimos, embora sempre se distancie de nossas mãos, como a linha do horizonte que se afasta da vista quanto mais avançamos em sua direção. Se é possível, quando possível, isso não entra em cogitação. Contaminaria o sonho com o nosso desespero.

As perspectivas do movimento estudantil dependem da possibilidade de o povo brasileiro voltar a sonhar.

*Roberto Amaral*  
*Ex-vice-presidente da UNE, ex-ministro da Ciência e Tecnologia (2003/2004)*  
*e professor da PUC-Rio*

### **Nota**

1. Desenvolvimento de intervenção oral no Seminário “Memória do Movimento Estudantil”, parceria Fundação Roberto Marinho, União Nacional dos Estudantes, Museu da República e Ministério da Cultura, São Paulo 10 de dezembro de 2004.

## **Resumo**

O autor desenvolve seus argumentos visando à defesa de um conjunto de proposições e teses, entre as quais: a) numa sociedade democrática, o movimento estudantil organiza-se em torno da discussão geral e execução de tarefas inerentes ao porvir dessa sociedade, esse porvir ganhando formulação num conjunto de desejos, antecipações, “utopias”; b) entre 1945 e 1964, a sociedade brasileira, num contexto de governos legitimados pelo voto popular, faz a opção por se reconstruir segundo o perfil das nações industrializadas do Ocidente, aderindo a modelos de utopias então chamadas de “nacionalismo”, “socialismo”, “desenvolvimentismo”; c) o movimento estudantil brasileiro organiza-se em apoio a esses “projetos”, procurando ampliar as possibilidades políticas dessas utopias, as quais começam a ganhar “realização” nos chamados Anos Dourados (1950-60); d) nos vinte anos de ditadura (1964-1983), a opção pelo desenvolvimentismo com autoritarismo impõe à sociedade civil mudança de estratégia e táticas, vários dos segmentos do movimento estudantil orientando-se pela ação armada; e) com o fim do projeto de desenvolvimento autoritário e dependente, o movimento estudantil encontra espaço na luta através de pressão política pela redemocratização da sociedade, pelo aperfeiçoamento de suas instituições sociais, movimento que é frustrado não só pela ação das antigas elites no comando da chamada Nova República, como também pela emergência de um novo contexto internacional, com a queda do muro de Berlim, a chamada globalização e início das políticas do neoliberalismo; f) a partir de 1989, com o “fim das utopias”, há a fase de refluxo dos movimentos sociais. O imobilismo caracterizador da atual fase da vida política brasileira explica-se, segundo o autor, pela renúncia, por parte das elites, à elaboração de um projeto de nação, acomodação política carregada de riscos quanto à continuidade de nossa formação social.

## **Palavras-chave**

Brasil; Anos Dourados; América Latina; Movimento estudantil brasileiro; Movimentos sociais; Governos ditatoriais; Anos 60; Abertura política.

## **Abstract**

The author advances his arguments so as to justify a set of propositions and theses, among which: a) in a democratic society the so called student movement organizes itself around the discussion and execution of policies linked to the construction of that society's future, whose configuration derives from a set of wishes, anticipations, or 'utopias'; b) between 1945 and 1964, the Brazilian society, in the context of some administration chosen by the people's vote, decided to rebuild itself following the model of the western industrialized nations, in this way opening itself to the assimilation of utopias then called "nationalism", "socialism", "developmentism"; c) the student movement is organized as an instrument for spreading up some political possibilities of such utopias, many of them finding their beginning of accomplishment during the course of the so called Anos Dourados (Brazil's Golden Years – 1950–60); d) during the dictatorial period (1964 -1983), the option for the authoritarian development policies imposes the civil society to change strategy and tactics, from this moment on several segments of the student movement choosing the guerrilla war; e) at the end of the authoritarian dependent development project, the student movement finds its way into the fight for the society redemocratization with the improvement of their institutions, a movement that will be checked not only by the old elite leading the so called New Republic, but also by the emergency of a new international context: the fall of Berlin

Wall, globalization and neo-liberal policies; f) the end of the Era of Utopias implies the reflux in the evolution of the Brazilian social movements. As a final thesis, the conclusion that the lack of interest in politics characterizing our present moment is explained by our elites' rejection of the need for building up of a project of Nation, preferring a political accommodation compromise full of risks as to the future of our social formation.

**Key-words**

Brazil: Golden Years; Latin America; Brazilian student movement; Social movements; Authoritarianism in LA; The sixties; Political openness.